



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638343 - AL (2021/0000695-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : CLAUDEMIR JOSE DA SILVA
ADVOGADO : CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA - AL016379
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PACIENTE : IVONILDO MANOEL DOMINGOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IVONILDO MANOEL DOMINGOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0800397-57.2020.8.02.9002).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, uma "vez que teria incorrido na conduta tipificada no artigo 121, §2º, II, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal" (fl. 62).

O impetrante descreve, inicialmente, sobre a piora do quadro de saúde do paciente ("Risco de Morte: Uma vez que às 24h vomitou sangue e pressão arterial 240/120, redução de força muscular) e febre Alta" – 3) e que, somado à sua idade (55 anos) e seu histórico de hipertensão arterial crônica, recomendaria sua imediata internação e ainda o enquadraria no grupo de risco da Covid-19.

A propósito, consigna (fl. 5):

No caso em análise, o impetrante está com 55anos de idade e sofre de hipertensão crônica! Apesar de ter acompanhamento médico na Casa Penal, os exames clínicos e laboratoriais recomendados pelo médico a internação imediata. Assim, o CUSTODIADO encontra-se em situação frágil e com a saúde debilitada, com fortes dores abdominais dificuldade de locomoção e perda progressiva da visão, podendo vir a óbito caso não receba o tratamento adequado. Ressalta-se que o fato dele estar com 55anos de idade e sofrer de HIPERTENSÃO ARTERIAL o torna particularmente vulnerável à ação da corona vírus e o coloca no grupo de risco tal como previsto nas recomendações da OMS, Ministério da Saúde e do CNJ [...].

Narra sobre a demora na análise do "HC humanitário se encontra concluso desde dia 03/01/2021 Processo n. 0810548-25.2020.8.02.0000" (fl. 6), bem como a impetração do Mandado de Segurança n. 0700293-87.2020.8.02.0068 como meio de

forçar a "interdição imediata do paciente" (fl. 7).

Aduz que o auto de prisão em flagrante foi lavrado sem a presença de advogado ou defensor público e suscita nulidade em razão da conversão em preventiva sem audiência de custódia com a citação de extensa decisão do Min. Celso de Mello.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que (fl. 58):

[...] cesse imediatamente o constrangimento ilegal de prisão a que se encontra submetido o paciente, determinando-se que este aguarde o julgamento em liberdade, mediante expedição de alvará de soltura, considerando o julgamento do Habeas Corpus de nº 0803016-05.2017.8.02.0000 e o excesso de prazo para julgamento do mérito do HC nº 0803023-94.2017.8.02.0000, bem como a demora na formação da culpa, além da ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, quais sejam, garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal, presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* [...].

No mérito, pleiteia a confirmação da liminar para a "revogação da prisão preventiva, sem medida cautelar em razão da nulidade absoluta da r. decisão que determinou a prisão preventiva [...]" (fl. 58).

Alternativamente, requer a substituição da preventiva por medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, em especial porque se infere da inicial do *writ* que há informações desconexas e incongruentes, tais como falar que "a Requerente encontra-se recolhida há mais de 02 (dois) anos cumprindo prisão preventiva", sendo que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva apenas em 6/12/2020 nos autos do Processo n. 0700293-87.2020.8.02.0068, o qual, aliás, o impetrante diz tratar-se de um mandado de segurança, mas não é.

Há incongruências ainda quando fala de "pedido de desaforamento formulado pela Defesa no processo de nº 0801654-94.2019.8.02.0000" (fl. 17), sendo que o suposto delito do paciente ocorreu em dezembro de 2020, ou quando faz referências ao indeferimento dos HCs n. 0803016-05.2017.8.02.0000 e n. 0803023-94.2017.8.02.0000 ou, para piorar, quando aduz que "a pena aplicável a casos como o do paciente, em hipótese de condenação, deverá ser cumprida em meio aberto e substituída por restritiva de direitos", pois "a Resolução nº 05/12 do Senado Federal encerrou qualquer discussão que ainda restava, afastando da Lei nº 11.343/06, a vedação que havia à figura do artigo 33, §4" (fl. 29), o que não guarda nenhuma relação com a hipótese do paciente, que fora preso preventivamente por crime totalmente diverso (tentativa de homicídio).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente